

# Termo de Referência 40/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2024	257040-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XAVANTE	TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA	11/04/2025 16:38 (v 20.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25050.001715/2024-09

## 1. Definição do objeto

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: MAIO/2023

**DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA XAVANTE**

Processo Administrativo nº 25050.001715/2024-09

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Fórmulas Lácteas e Suplemento Alimentar Infantil para garantir a manutenção e/ou a recuperação do estado nutricional e de saúde de crianças indígenas Xavante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b> Dieta Infantil Indicação: 0 a 6 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso:	436337	Gramas	1.436.000	R\$ 0,08	<b>R\$ 114.880,00</b>

	Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: Soro do Leite e Caseína. Fonte de Carboidrato: Lactose. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais, Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: Com LcPufas e Nucleotídeos. Lata de 800g.					
<b>2</b>	<b>Item com cota reserva para ME /EPP em 20%, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:</b> Dieta Infantil Indicação: 0 a 6 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: Soro do Leite e Caseína. Fonte de Carboidrato: Lactose. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais, Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: Com LcPufas e Nucleotídeos. Lata de 800g.	436337	Gramas	359.200	R\$ 0,08	<b>R\$ 28.736,00</b>
<b>3</b>	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b> Dieta Infantil Indicação: A Partir 6º Mês. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Soro Leite e Caseína. Fonte De Carboidrato: Maltodextrina, Lactose. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: Com LcPufas e Nucleotídeos. Lata de 800g.	436761	Gramas	3.148.800	R\$ 0,07	<b>R\$ 220.416, 00</b>
<b>4</b>	<b>Item com cota reserva para ME /EPP em 20%, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:</b> Dieta Infantil Indicação: A Partir 6º Mês. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Soro Leite e Caseína. Fonte De Carboidrato: Maltodextrina, Lactose. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais:	436761	Gramas	787.200	R\$ 0,07	<b>R\$ 55.104,00</b>

	Isento Glúten. Adicionais: Com LcPufas e Nucleotídeos. Lata de 800g.					
<b>5</b>	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b> Leite Em Pó - Origem: De Vaca. Teor Gordura: Integral. Solubilidade: Não Instantâneo. Embalagem com 400g.	459637	Embalagem de 400g	5.117	R\$ 14,76	<b>R\$ 75.526,92</b>
<b>6</b>	<b>Item com cota reserva para ME /EPP em 20%, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:</b> Leite Em Pó - Origem: De Vaca. Teor Gordura: Integral. Solubilidade: Não Instantâneo. Embalagem com 400g.	459637	Embalagem de 400g	1.279	R\$ 14,76	<b>R\$ 18.878,04</b>
<b>7</b>	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b> Dieta Infantil. Indicação: 0 a 10 Anos. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Proteína do soro do leite e/ou Caseína. Fonte De Carboidrato: Lactose E/Ou Maltodextrina. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais e/ou TCM. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Lc Pufas. Sabor: C/ Ou S/Sabor. Isenta de lactose. 1.0 kcal/ml (na diluição padrão). Lata de 400g.	480873	Gramas	4.788.000	R\$ 0,12	<b>R\$ 574.560,00</b>
<b>8</b>	<b>Item com cota reserva para ME /EPP em 20%, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:</b> Dieta Infantil. Indicação: 0 a 10 Anos. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Proteína do soro do leite e/ou Caseína. Fonte De Carboidrato: Lactose E/Ou Maltodextrina. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais e/ou TCM. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Lc Pufas. Sabor: C/ Ou S/Sabor. Isenta de lactose. 1.0 kcal/ml (na diluição padrão). Lata de 400g.	480873	Gramas	660.000	R\$ 0,12	<b>R\$ 79.200,00</b>
<b>TOTAL: R\$ 1.167.300,96 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, trezentos reais e noventa e seis centavos)</b>						

1.1.1 Conforme informado no item 1.1., deverá ser observado as exigências e condições dispostas neste Termo. Portanto, conforme consta na Tabela acima, na coluna " ESPECIFICAÇÃO", os Itens 1, 2, 3 e 4 deverão apresentar a composição acima descrita em embalagens de 800 gramas, com adicionais de LcPufas e Nucleotídeos. Já os Itens 5 e 6, deverão ser integral, não instantâneo, em embalagens de 400

gramas, e os Itens 7 e 8 com indicação para crianças a partir de 1 ano, apesar de constar na descrição do CATMAT que a fonte de carboidrato poderá ser a lactose, é necessário que este suplemento alimentar seja ISENTO DE LACTOSE para garantir melhor evolução do quadro de recuperação das crianças com desnutrição, que muitas vezes apresentam quadro de diarreia associado, entre outras patologias que interferem na digestão e/ou absorção dos nutrientes, e que seja COM SABOR para garantir melhor aceitabilidade, em embalagens de 400 gramas.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Lei de Acesso à Informação - LAI.

1.6.1. Conforme IN Seges/ME 81/2022, Art. 10 não se verifica a necessidade de classificar este Termo de Referência nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, uma vez que a presente contratação não trata de informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, previstas no art. 23 da Lei citada.

1.7. A contratação em tela, trata-se de atividade de custeio uma vez que a aquisição de fórmulas infantis (materiais de consumo), se destina a suprir uma necessidade imediata da população, sendo uma despesa corrente, voltada para a manutenção de um serviço público essencial. O objetivo da compra não é a criação de um novo bem ou serviço, mas sim a manutenção e operação de um programa de saúde, estando diretamente ligado à execução de políticas públicas de saúde, atividades estas que são de natureza continuada e recorrente, pois há uma demanda contínua de atendimento à população. Isso implica em gastos periódicos para assegurar que os serviços de saúde atendam às necessidades básicas, garantindo o fornecimento contínuo de um serviço essencial de saúde e assistência.

1.7.1. No contexto das compras públicas, o custeio refere-se a despesas realizadas para a manutenção das atividades do Estado, geralmente de caráter contínuo e sem o objetivo de aumentar o patrimônio público, ou seja, são gastos necessários para o funcionamento do órgão ou entidade pública, como pagamento de exercícios, manutenção de bens, fornecimento de materiais de consumo, entre outros.

1.7.2. O Plano Plurianual já contempla o orçamento do exercício. O objeto da contratação, caracteriza como material de custeio, conforme Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, que complementa o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme Anexo deste artefato, e o detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000073/2025;

- II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2024;
- III) Id do item no PCA: 50, 51, 52, 53, 54;
- IV) Classe/Grupo: 8940 – ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 257040-10/2025.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A aquisição de Fórmulas Lácteas e Suplementos Infantis tem por finalidade atender as necessidades nutricionais de crianças indígenas Xavante, visando assegurar melhoria da nutrição, uma vida saudável, e buscando também promover o bem-estar desta população, conforme Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.1.2. Os quantitativos elencados para a contratação em epígrafe, são de acordo com a necessidade apresentada pela população referida, cabendo destacar que grande parte da população indígena Xavante vive em situação de profunda desigualdade social, expostos a múltiplas vulnerabilidades, como por exemplo, a insegurança alimentar, a ausência de saneamento básico, sob ausência de projetos/incentivos de sustentabilidade e/ou subsistência, entre outros.

4.1.3. Os fornecedores deverão atender o disposto no art. 5º da Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 E 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados embalagem individual adequada, com menor volume possível que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais

como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilprolibromados PBDEs).

### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Conforme o Artigo 40, Inciso I da Lei 14.133, as condições de aquisição e pagamento serão semelhantes às do setor privado visando o aumento da eficiência e a redução dos custos nas contratações administrativas.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO

#### Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	<p>- <b>598</b> (quinhentas e noventa e oito) unidades de 800g do <b>Item 1</b>;</p> <p>- <b>449</b> (duzentas e vinte e cinco) unidades de 800g do <b>Item 2</b>;</p> <p>- <b>984</b> (novecentas e oitenta e quatro) unidades de 800g do <b>Item 3</b>;</p> <p>- <b>984</b> (quatrocentas e noventa e duas) unidades de 800g do <b>Item 4</b>;</p> <p>- <b>1295</b> (um mil duzentas e noventa e cinco) unidades de 400g do <b>Item 5</b>;</p> <p>- <b>1279</b> (um mil duzentas e setenta e nove) unidades de 400g do <b>Item 6</b>;</p> <p>- <b>2.993</b> (duas mil novecentas e noventa e três) unidades de 400g do <b>Item 7</b>;</p> <p>- <b>1.650</b> (um mil seiscentas e cinquenta) unidades de 400g do <b>Item 8</b>.</p>	Máximo de 15 (quinze) dias contados da emissão do Empenho.
2ª	<p>- <b>598</b> (quinhentas e noventa e oito) unidades de 800g do <b>Item 1</b>;</p> <p>- <b>984</b> (quatrocentas e noventa e duas) unidades de 800g do <b>Item 3</b>;</p>	Máximo de 90 (noventa) dias após a data da primeira entrega.

	<p>- <u>1294</u> (um mil duzentas e noventa e quatro) unidades de 400g do <u>Item 5</u>;</p> <p>- <u>2.992</u> (duas mil novecentas e noventa e duas) unidades de 400g do <u>Item 7</u>;</p>	
3ª	<p>- <u>599</u> (quinhentas e noventa e nove) unidades de 800g do <u>Item 1</u>;</p> <p>- <u>984</u> (quatrocentas e noventa e duas) unidades de 800g do <u>Item 3</u>;</p> <p>- <u>1294</u> (um mil duzentas e noventa e quatro) unidades de 400g do <u>Item 5</u>;</p> <p>- <u>2.993</u> (duas mil novecentas e noventa e três) unidades de 400g do <u>Item 7</u>;</p>	Máximo de 90 (noventa) dias após a data da segunda entrega.
4ª	<p>- <u>984</u> (quatrocentas e noventa e duas) unidades de 800g do <u>Item 3</u>;</p> <p>- <u>1294</u> (um mil duzentas e noventa e quatro) unidades de 400g do <u>Item 5</u>;</p> <p>- <u>2.992</u> (duas mil novecentas e noventa e duas) unidades de 400g do <u>Item 7</u>;</p>	Máximo de 90 (noventa) dias após a data da terceira entrega.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Pires de Campos, 681 - Centro, Barra do Garças - MT, 78600-044, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 11:00h e de 14:00h às 17:00h, apenas nos dias úteis.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

5.5. As notas fiscais deverão conter as especificações completas, inclusive indicando o fabricante do produto, lote e validade.

5.6. As Fórmulas Lácteas e Suplemento Alimentar Infantil deverão ser entregues separadamente por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos detalhados e impressos na nota fiscal.

5.7. As embalagens deverão estar em perfeito estado, sem amassados, nas condições de temperatura e umidade exigidas no rótulo, e todos os dados (rótulos), devem estar em língua portuguesa.

5.8. O transporte das Fórmulas Lácteas e Suplemento Alimentar Infantil deverão obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade de suas composições.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço,



do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de no máximo 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.2.1. Os item de 5.1. a 5.8. descreve detalhadamente como o fornecimento do objeto deverá acontecer.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.29. Cumprimento das especificações emitidas pela Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - agência reguladora ligada ao Ministério da Saúde, sem prejuízo das demais regulamentações pertinentes, das resoluções RDC n. 43, 44 e 45 de 2011 que fornecem orientações sobre os regulamentos de fórmulas infantis para lactentes, crianças na primeira infância (fórmulas de seguimento) com ou sem necessidades dietoterápicas especiais.

8.29.1. Os requisitos contidos no subitem 8.29. poderão ser atendidos mediante declaração da licitante, diligência, ou consulta direta via chat, caso necessário.

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Quantidade compatível com o objeto da licitação;

8.30.1.2. Obedeceu ao prazo de entrega em outros órgãos/entes

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.167.300,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.167.300,96 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, trezentos reais e noventa e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462 /2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001-257040;

II) Fonte de Recursos: 1001000000;

III) Programa de Trabalho: 234651;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: PCA 2025;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LETICIA BARBOSA DA SILVA ARAUJO**

Equipe de apoio

**ADELIO DA SILVA JUNIOR**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

**TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 11/04/2025 às 16:38:43.*